

ARQUIVO/PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO



Autoridades debatem a presença do poder público nas comunidades

Ministério Público aponta desafios para reocupação de áreas no RJ

O Ministério Público Federal (MPF) apontou desafios para a política de reocupação de territórios no Rio de Janeiro durante audiência pública realizada na quinta-feira (10). O plano estadual busca cumprir determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 635. Representantes de órgãos públicos e da sociedade civil defenderam integração entre segurança, saúde, educação, infraestrutura e assistência social, além da presença permanente de serviços públicos nas comunidades. Também foram discutidos redução da letalidade policial, uso de câmeras corporais, controle da atividade policial e participação social. O MPF destacou a necessidade de cooperação entre União, estado e municípios, além de metas, indicadores, orçamento, transparência e mecanismos para acompanhar os resultados da política e evitar a repetição de problemas registrados em experiências anteriores.

Senacon apura falhas de Uber e 99

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) vai apurar falhas da Uber e da 99 no atendimento a idosos e pessoas com deficiência após recomendação do Ministério Público Federal (MPF). A investigação inclui cancelamentos por idade ou pelo uso de cadeiras de rodas, bengalas, muletas e cães-guia. As empresas foram notificadas a informar reclamações e medidas contra recusas de transporte. O órgão também avaliará a necessidade de novas regras para garantir acessibilidade nos aplicativos.

ARQUIVO SECOM



Motoristas tem cancelado passageiros com cadeiras de rodas

Justiça faz mutirão para pagar dívidas trabalhistas

Segue até sexta-feira (18) a 16ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, promovida pela Justiça do Trabalho em todo o país. Com o slogan “Seu direito por inteiro”, a iniciativa concentra esforços para acelerar processos e garantir o pagamento de dívidas já reconhecidas judicialmente. Neste ano, as ações priorizam grandes devedores, conciliações e a localização de bens, com bloqueios de valores, restrições de veículos e pesquisas de imóveis. Tribunais Regionais do Trabalho também realizam audiências e mutirões para buscar acordos.

FGTS está entre principais ações trabalhistas

O FGTS completou 60 anos em setembro entre os principais motivos de ações na Justiça do Trabalho. De janeiro a julho de 2026, a cobrança da multa de 40% do Fundo foi o quinto assunto mais recorrente, com 391.556 processos. Já a falta dos depósitos mensais ficou em nono lugar, com 279.815 ações. Criado em 1966, o Fundo recebe depósitos equivalentes a 8% do salário do trabalhador com carteira assinada.

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)

Kwai apresenta Plano I

O Kwai apresentou seu Plano de Conformidade Eleitoral para as Eleições Gerais de 2026, com medidas contra desinformação, manipulação e comportamentos inautênticos. O documento prevê moderação de conteúdos, decisões da Justiça Eleitoral, regras para publicidade política e proteção de dados, conforme normas do TSE durante o período eleitoral no país.

Kwai apresenta plano II

Durante as eleições, a equipe do Kwai funcionará 24 horas para atender demandas da Justiça Eleitoral, com prioridade de 4 a 24 horas. A plataforma terá monitoramento automatizado e humano, parceria com a AFP Checamos e poderá reduzir alcance, limitar funções ou suspender perfis envolvidos em redes coordenadas neste pleito.

Alerta a golpe I

A Defensoria Pública da União alertou para uma fraude em que criminosos se passam por defensores, juízes e promotores para obter dinheiro das vítimas. Em um caso recente, uma pessoa foi induzida, durante falsa videoconferência, a fazer empréstimos, resgates, transferências e Pix após receber orientação para escanear QR code no app bancário.

Alerta a golpe II

A DPU reforça que nunca pede Pix ou transferências para validar identidade, acessar processos ou participar de audiências. A orientação é interromper contatos suspeitos e confirmar informações por canais oficiais. Quem cair no golpe deve avisar o banco, solicitar o MED em casos de Pix e registrar ocorrência, além de preservar provas.

Estudos pessoa idosa I

O CNJ abriu a 1ª Convocação Pública da 8ª edição do Justiça Pesquisa para selecionar instituições que desenvolvam estudos sobre a Política da Pessoa Idosa e Justiça Restaurativa. As propostas podem ser feitas até 13 de outubro. Cada pesquisa terá até R\$ 440 mil e duração de 12 meses, abrangendo seis estados e diferentes regiões.

Estudos pessoa idosa II

As pesquisas deverão usar metodologia mista, combinar análises quantitativas e qualitativas e contemplar pelo menos seis estados, nas cinco regiões. As equipes precisam ter coordenador acadêmico com doutorado e dois coordenadores de campo com mestrado. O resultado final da seleção será divulgado até 18 de novembro no CNJ.

DIVULGAÇÃO/MPF



Ação do MPF trata da cobrança do Free Flow no trecho paulista da Dutra

MPF pede isenção de motos no Free Flow da Via Dutra em São Paulo

Ação também pede devolução de tarifas e anulação de multas já aplicadas

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação civil pública para que motociclistas sejam isentos das tarifas do sistema Free Flow no trecho metropolitano da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em São Paulo. O processo foi ajuizado nesta segunda-feira (14) contra a CCR RioSP, concessionária responsável pelo trecho e integrante do grupo Motiva, além da União e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O pedido abrange os pórticos instalados entre os quilômetros 205 e 230 da Dutra e inclui motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas moto. O MPF também requer a devolução dos valores já pagos por esses usuários, o cancelamento de débitos pendentes e a anulação de multas aplicadas pela falta de pagamento das tarifas.

Segundo o órgão, a isenção de motocicletas na Dutra está prevista em portaria do Ministério da Infraestrutura publicada em agosto de 2021. Apesar disso, a ANTT autorizou a cobrança desses veículos no Free Flow a partir de novembro de 2025.

O contrato de concessão firmado com a CCR RioSP manteve a isenção nas praças convencionais de pe-

dágio, mas o benefício não foi aplicado aos pontos de cobrança eletrônica. Para o MPF, a diferenciação contraria a regra estabelecida pelo governo federal.

A ação também aponta diferença na cobrança conforme o local de entrada na rodovia. Pelas regras atuais, motoristas que passam pela praça convencional de Arujá ficam dispensados do pagamento nos pórticos do Free Flow. Como motocicletas não pagam a tarifa em Arujá, esses condutores também passam pelos pontos eletrônicos sem cobrança. Já os motociclistas que entram diretamente na pista expressa para percorrer trajetos dentro da Região Metropolitana de São Paulo são cobrados nos pórticos porque não registraram passagem pela praça de Arujá.

Autor da ação, o procurador da República Guilherme Rocha Göpfert sustenta que motocicletas submetidas ao mesmo contrato de concessão devem receber o mesmo tratamento, independentemente do ponto utilizado para acessar a rodovia.

O MPF cita ainda uma regra do contrato da Dutra que desconsidera as motocicletas no cálculo da densidade de tráfego usado para definir as tarifas de cada trecho. O Correio da Manhã aguarda posicionamento da empresa.